



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 11/12

Declara de Utilidade Pública a
Associação Guarda São Cristóvão de
Marmeleiro, com sede e foro no
Município de Marmeleiro.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação
Guarda São Cristóvão de Marmeleiro, com sede e foro no Município
de Marmeleiro.

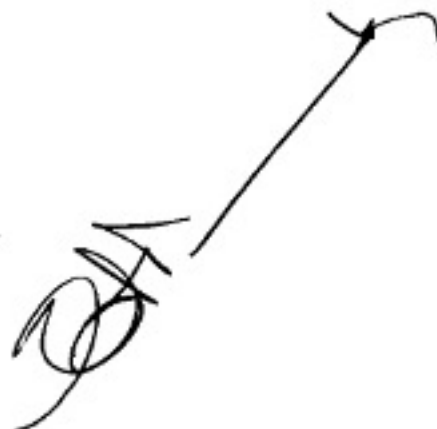
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente




Relator





PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANTEPROJETO DE LEI 62/2013

Súmula: Altera dispositivos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Ficam introduzidas na Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, as seguintes alterações:

I - ficam acrescentados os §§ 3º a 5º ao art. 39:

“§ 3º Não se considera início de procedimento administrativo ou medida de fiscalização a comunicação do fisco sobre inconsistências passíveis de serem sanadas pelo contribuinte mediante autorregularização.

§ 4º A autorregularização consiste no saneamento, pelo contribuinte, das inconsistências identificadas pelo fisco, nos termos e condições estabelecidos na comunicação de que trata o § 3º e será regulamentada por ato do Poder Executivo.

§ 5º A manutenção da espontaneidade, na hipótese da autorregularização, se restringe às inconsistências descritas na comunicação.”;

II - o art. 40 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40. A multa prevista no inciso I do § 1º do art. 55 será reduzida:

I - do 1º ao 30º dia seguintes ao dia em que tenha expirado o prazo do pagamento, para 0,33% (trinta e três centésimos por cento) do valor do imposto declarado, por dia de atraso;

II - a partir do 31º dia seguinte ao que tenha expirado o prazo de pagamento, até a inscrição do crédito tributário em dívida ativa, em 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto declarado.

§ 1º As demais multas previstas no § 1º do art. 55, propostas em auto de infração, serão reduzidas nos percentuais abaixo indicados, desde que quitadas juntamente com as demais quantias exigidas:

I - em 50% (cinquenta por cento), quando pagas até o 30º dia subsequente ao da ciência do auto de infração;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

II - em 20% (vinte por cento), quando pagas até o 30º dia subsequente ao da ciência da decisão de primeira instância.

§ 2º Na hipótese do inciso II do § 1º, os juros incidentes sobre a multa também serão reduzidos em 20% (vinte por cento).

§ 3º Os benefícios previstos neste artigo prevalecerão proporcionalmente às importâncias recolhidas, no caso de pagamento com insuficiência de valores.”;

III - o § 2º do art. 41 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º Tratando-se de crédito tributário ajuizado, o parcelamento será autorizado desde que haja bens em garantia ou fiança suficientes para liquidação do débito, ficando dispensados quando os valores parcelados forem inferiores a oitocentas UPF/PR e a quantidade de parcelas não for superior a 12.”;

IV - o inciso I e a alínea “a” do inciso XV, ambos do § 1º do art. 55, passam a vigorar com as seguintes redações:

“I - equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do imposto declarado e não recolhido, ao contribuinte que deixar de pagar, no prazo previsto na legislação tributária, o imposto por ele declarado na forma prevista no § 4º do art. 45;

a) deixar de apresentar ou transmitir, na forma ou no prazo estabelecidos na legislação, os elementos necessários à informação e apuração do imposto, por período de apuração;”;

V - o inciso II, a alínea “c” do inciso III, os incisos IV e V, o “caput” e a alínea “a” do inciso VI, os incisos VIII, IX, X e XI, o item 1 da alínea “a” do inciso XII do art. 56, passam a vigorar com as seguintes redações, acrescentando-se as alíneas “d” a “g” ao inciso III e o parágrafo único ao “caput” do art. 56:

“II - INÍCIO DO PROCEDIMENTO FISCAL

O procedimento fiscal se considera iniciado:

a) por termo de início de fiscalização, com intimação do sujeito passivo, seu representante ou preposto, na forma prevista no inciso V, alínea “a”;

b) pelo ato de apreensão de quaisquer bens ou mercadorias, ou de retenção de mídias, de informações digitais, de documentos ou de livros comerciais e fiscais;

c) por qualquer outro ato escrito, praticado por Auditor Fiscal no exercício de sua atividade funcional, desde que cientificado o sujeito passivo, seu representante ou preposto;

c) a Secretaria da Fazenda manterá sistema de controle, registro e acompanhamento dos lançamentos de ofício e dos processos administrativos fiscais;

d) o auto de infração, exceto o decorrente de fiscalização de trânsito de



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

mercadorias, será instruído com relatório fiscal circunstanciado sobre as questões de fato e de direito motivadoras do lançamento de ofício;

e) não se declarará a nulidade: se não houver prejuízo às partes; em favor de quem lhe houver dado causa, por ação ou omissão; se não influir na resolução do conflito ou se o ato praticado de forma diversa houver atingido a sua finalidade;

f) a nulidade de qualquer ato só prejudica os posteriores que dele diretamente dependam ou sejam consequência;

g) a indicação de dispositivo regulamentar supre a menção do dispositivo de lei que lhe seja correspondente e não implica nulidade o eventual erro nessa indicação, desde que, pela descrição dos fatos, fique evidente o enquadramento legal;

IV – APREENSÃO

É admissível a apreensão de mercadorias, de bens, de livros, de documentos, de mídias ou de qualquer outro repositório de informações digitais, como prova material da infração tributária, mediante termo de apreensão, observando-se que:

a) se houver prova ou fundada suspeita de que os itens se encontram em residência particular, ou em dependência de qualquer estabelecimento, a fiscalização adotará as cautelas necessárias para evitar a remoção clandestina e determinará providências para busca e apreensão judiciária, se o morador ou detentor se recusar a fazer a sua exibição;

b) os itens apreendidos ficarão sob a custódia do fisco e poderão ser liberados mediante a satisfação, pelo autuado, das exigências determinantes da apreensão, ou, se não atendidas, após a identificação exata do infrator, da infração e das quantidades, espécies e valores;

c) em relação à apreensão de livros, de documentos, de mídias ou de qualquer outro repositório de informações digitais, ou à sua correspondente lacração, será lavrado termo que constará do processo;

d) ter-se-á como comprovada a integridade das informações digitais quando houver sido efetuada sua vinculação a um ou mais códigos digitais gerados por aplicativo especialmente projetado para a autenticação de dados informatizados, garantindo que a configuração do código autenticador seja modificada na hipótese de ocorrer qualquer alteração, intencional ou não, do seu conteúdo;

V – INTIMAÇÃO

a) as intimações para que o autuado integre a instância administrativa e da decisão de que trata o inciso XI serão efetivadas:

1. pessoalmente, mediante entrega ao sujeito passivo, a seu representante legal ou preposto, de cópia do lançamento de ofício ou de outro procedimento, e dos documentos que lhe deram origem, ou da decisão e seus anexos, respectivamente, exigindo-se recibo datado e assinado na via original ou, no caso de recusa, declaração escrita do Auditor Fiscal que o intimar;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

2. por via postal ou por qualquer outro meio, com prova de recebimento no domicílio tributário eleito pelo sujeito passivo;

3. por meio eletrônico em portal da Secretaria da Fazenda ou, a critério do fisco, em endereço eletrônico indicado pelo sujeito passivo ou por seu representante legal;

4. quando resultarem improficuas qualquer das modalidades anteriormente previstas, por publicação única em edital no Diário Oficial Executivo ou no Diário Eletrônico da Secretaria da Fazenda;

b) considera-se feita a intimação:

1. na data da ciência do autuado ou de seu representante legal, ou da declaração escrita de quem fizer a intimação na hipótese daquele se recusar a recebê-la, se pessoal;

2. na data da juntada ao processo do aviso de recebimento, quando a intimação for realizada por via postal;

3. na data do registro de acesso ao conteúdo da intimação feita por meio eletrônico;

3.1 nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a comunicação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte;

3.2. a consulta referida neste item deverá ser efetuada em até dez dias contados da data do envio da comunicação, sob pena de ser considerada automaticamente realizada no término desse prazo;

4. dez dias da publicação do edital;

c) para fins de intimação, considera-se domicílio tributário do sujeito passivo o endereço postal por ele fornecido para fins cadastrais ou o endereço eletrônico a ele atribuído pela administração tributária;

d) consideram-se válidos, para fins de intimação, os endereços fornecidos pelo sujeito passivo ou por seu representante legalmente constituído, cabendo a esses mantê-los atualizados;

e) não sendo localizado o sujeito passivo no endereço de que trata a alínea "c", a intimação deve ser feita mediante publicação de edital;

f) os meios de intimação previstos nos itens 1, 2 e 3 da alínea "a" não estão sujeitos a ordem de preferência;

VI - RECLAMAÇÃO

Reclamação é a defesa apresentada pelo autuado, no prazo de trinta dias a contar da data em que se considera feita a intimação, observando-se que:

a) será protocolizada em qualquer repartição da Coordenação da Receita do Estado e nela o autuado aduzirá todas as razões de fato e de direito e demais argumentos de sua defesa, juntando, desde logo, as provas que tiver;

VIII – DILIGÊNCIAS

A autoridade administrativa poderá determinar diligências ou requisitar

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br



documentos ou informações que forem considerados úteis ao esclarecimento das circunstâncias discutidas no processo;

IX – PARECER

Concluídas as eventuais diligências, será ultimada a instrução do processo, com parecer circunstanciado sobre a matéria discutida;

X - REVISÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO

Sem prejuízo do contido no art. 149 do Código Tributário Nacional, se após a ciência do auto de infração e antes da decisão de primeira instância for verificada a existência de sujeito passivo solidário poderá ser lavrado auto de infração revisional, do qual serão intimados os sujeitos passivos, abrindo-se o prazo de trinta dias para apresentação de reclamação ou cumprimento da obrigação, sem prejuízo do benefício da redução da multa previsto no inciso I do § 1º do art. 40;

XI - JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

O julgamento do processo em primeira instância é de competência do Diretor da Coordenação da Receita do Estado, que poderá delegá-la para autoridade administrativa, podendo essa solicitar audiência de órgão da Coordenação da Receita do Estado ou da Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado, observando-se que:

- a) a autoridade julgadora determinará, de ofício ou a requerimento do reclamante, a realização de diligências ou perícias, quando entendê-las necessárias, indeferindo as que considerar prescindíveis ou impraticáveis, justificadamente;
- b) deverá ser aberto prazo de quinze dias para eventual complementação da reclamação, se da realização de diligências resultar a apreensão ou anexação de novos documentos, que implique inovação no conjunto probatório;
- c) fará parte da decisão relatório resumido do processo, parecer circunstanciado sobre a matéria discutida, razões da defesa, fundamentos legais e conclusão;

1. de ofício, da decisão que declarar improcedente o lançamento, desde que o montante atualizado do crédito tributário, na data da decisão, seja superior a 1.000 UPF/PR, formalizado mediante manifestação obrigatória da autoridade prolatora da decisão;

-- XIV - DECISÕES FINAIS

- b) os créditos tributários inscritos em dívida ativa poderão ser cancelados com observância do disposto em decreto do Poder Executivo;

Parágrafo único. A administração tributária poderá estabelecer



hipóteses em que as reclamações, os recursos ou outros documentos e procedimentos possam ser encaminhados de forma eletrônica ou apresentados em formato digital.”;

VI - o § 2º do art. 57 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º Da inscrição em dívida ativa, o contribuinte será notificado na forma dos itens 2 a 4 da alínea “a” do inciso V do art. 56, observado o disposto na alínea “e” desse inciso.”;

VII - o art. 59 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 59. A administração tributária poderá, mediante decisão fundamentada:

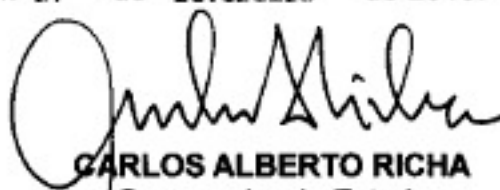
I - anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais;

II - retificar seus próprios atos quando esses apresentarem defeitos sanáveis e se evidencie lesão ao interesse público ou prejuízo a terceiros.”;

VIII - ficam revogados os §§ 3º dos artigos 35 e 41, bem como o inciso VII e a alínea “b” do inciso XIV do art. 56.”

Art. 2º A alteração promovida pelo art. 1º desta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, exceto as alterações promovidas pelos incisos II, III e IV do referido artigo, que entram em vigor 90 (noventa) dias após a data de suas publicações.

Palácio do Governo, em 27 de fevereiro de 2013.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

forma eletrônica, constata-se, de um lado, a crescente quantidade de dados coletados para cruzamento e identificação de indícios de irregularidades, e, de outro lado, a tendência de redução de recursos humanos à disposição do fisco.

Nesse contexto, para a obtenção de maior eficácia da administração tributária, torna-se necessário o emprego mais eficiente da tecnologia da informação e a automatização das tarefas mais simples de conferência de livros e documentos, sendo imprescindível o uso de ferramentas automatizadas para a identificação de indícios de irregularidades, a partir das informações disponíveis ao fisco.

Em função da detecção automática de um número muito maior de erros ou equívocos praticados pelos contribuintes, o princípio da economicidade impõe oportunizar, aos contribuintes de boa fé, a regularização "espontânea" da inconsistência ou da não conformidade detectada eletronicamente pelo fisco, afastando a imposição de multa, nesses casos específicos, mesmo que a partir de uma correspondência formal a eles destinadas.

Muitas administrações tributárias brasileiras já adotam com sucesso esse tipo de procedimento, como por exemplo os Estados do Rio Grande do Sul, de Goiás, de Pernambuco, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro e de São Paulo, além da Receita Federal do Brasil;

II - Art. 40 - nova redação ao parágrafo único, renumerando-o como § 1º e inclusão dos §§ 2º e 3º:

O dispositivo, na redação atual, determina que as multas previstas no § 1º do art. 55, propostas em auto de infração, sejam reduzidas em 75% quando pagas até o 15º dia após a ciência do lançamento, e em 50% quando pagas do 16º ao 30º dia. O benefício se estende ao parcelamento, desde que quitadas as demais quantias.

A alteração proposta uniformiza o percentual de redução para 50% do 1º ao 30º dia apenas para pagamento à vista e acrescenta a redução de 20% da multa e de seus juros do 1º ao 30º dia da data da ciência da decisão de primeira instância, possível em razão da elevação da multa proposta neste anteprojeto de lei.

Dessa forma, estar-se-á equiparando a legislação paranaense à legislação federal, no que se refere às reduções das multas, e oportunizando o pagamento do crédito tributário lançado com redução em nova etapa do processo administrativo fiscal, ou seja, após a decisão singular.



Trata-se de uma medida justa, tendo em vista que os contribuintes paranaenses enquadrados no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - Simples Nacional já estão sujeitos à legislação federal, no que se refere às reduções da multa e, desse modo, a legislação paranaense passará a dar tratamento isonômico para todos os contribuintes domiciliados no Estado.

Busca-se, ainda, reduzir a vantagem competitiva dos contribuintes descumpridores da legislação tributária em relação aos bons contribuintes, pois o percentual de redução de 75% (setenta e cinco por cento) da multa atualmente vigente é muito elevado e estimula a sonegação.

A redação proposta no § 3º estabelece que o benefício da redução da multa prevalecerá proporcionalmente às importâncias recolhidas no caso de pagamento com insuficiência de valores, objetivando conferir maior equidade ao benefício, uma vez que a redução atual condiciona a sua fruição ao pagamento integral das quantias, o que gera injustiças e distorções;

III - Art. 41 - nova redação do § 2º:

A Secretaria de Estado da Fazenda, por meio da Coordenação da Receita do Estado, juntamente com a Procuradoria Geral do Estado, vêm adotando medidas que visam dar mais eficiência à recuperação dos créditos tributários pendentes, inscritos ou não em dívida ativa.

Com o aumento das ações de cobrança e um maior contato com os devedores se percebeu que, muitas vezes, o pequeno devedor, embora queira quitar suas pendências junto ao fisco estadual, não consegue realizar o parcelamento de dívidas ativas ajuizadas em razão da necessidade de oferecimento de bens em garantia, que nem sempre possui.

Com a liberação de apresentação de garantia para o parcelamento, em até doze parcelas, de dívidas ativas de até 800 UPF/PR, busca-se possibilitar a recuperação de créditos de valores relativamente baixos, normalmente devidos por empresas de pequeno porte.

Se por um lado o Estado abre mão da apresentação de garantias (nem sempre executáveis no caso da rescisão do parcelamento), por outro existe a possibilidade de recuperação dessas pendências no prazo máximo de doze meses, quando a regra geral é que o parcelamento ocorra em até 60 meses. Dessa forma, mesmo que o parcelamento venha a ser



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

descumprido após o pagamento de, por exemplo, três parcelas, será possível a recuperação de 25% do crédito.

Com a legislação vigente, que obriga a apresentação de garantia no parcelamento de dívidas ativas ajuizadas, o devedor que não disponha de bens para oferecimento em garantia não efetuará o parcelamento e não haverá qualquer recuperação;

IV - Art. 55 - nova redação ao inciso I e à alínea "a" do inciso XV do § 1º:

O percentual atual da multa aplicada pelo inadimplemento do imposto declarado, mesmo quando somado à incidência de juros pela taxa SELIC, é considerado vantajoso pelos contribuintes em relação ao inadimplemento de outras obrigações. Assim, muitos privilegiam o pagamento de outros débitos em detrimento do pagamento do ICMS. Em pesquisa à legislação de outras unidades da Federação, constatou-se que a sanção pela falta de pagamento do imposto declarado no Estado do Paraná é uma das menores.

Ainda, ao não diferenciar a sanção para o devedor que recolhe o imposto devido após a inscrição em dívida ativa, incentiva-se a procrastinação do pagamento. Por isso a aplicação de redução da multa no caso dos pagamentos ou parcelamentos efetuados antes da inscrição em dívida ativa.

Com relação à alínea "a" do inciso XV, a alteração proposta esclarece que a multa prevista se aplica "por período de apuração";

V - Art. 56 - nova redação ao inciso II:

O dispositivo, com a redação atual, considera iniciado o procedimento fiscal com a apreensão de bens, de mercadorias ou com a retenção de documentos ou de livros, bem como que a ciência do termo de início de fiscalização deverá ser dada ao sujeito passivo, ao seu representante ou preposto; e que o procedimento fiscal é iniciado por qualquer outro ato escrito praticado por servidor competente.

A alteração proposta inclui a apreensão e retenção de mídias ou de informações digitais, além de acrescentar que a intimação deverá ser feita conforme os termos da alínea "a" do inciso V, que trata especificamente desse procedimento, tornando mais clara a redação.

Também propõe a alteração do termo "servidor



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

competente" para "Auditor Fiscal", especificando, dessa forma, a autoridade administrativa investida da função legal de execução de atos inerentes à fiscalização dos tributos estaduais;

VI - Art. 56 - nova redação da alínea "c" do inciso III:

O dispositivo alterado dispõe que a Secretaria da Fazenda manterá sistema de controle, registro e acompanhamento dos processos administrativos fiscais.

A redação proposta aperfeiçoa o texto atual, com a inclusão da menção ao lançamento de ofício;

VII - Art. 56 - inclusão da alínea "d" no inciso III:

A redação proposta se destina a implementar o "relatório fiscal circunstanciado" como documento integrante do auto de infração, exceto nos casos de fiscalização de mercadorias em trânsito, por se tratarem de infrações de configuração instantânea e do fato de que o espaço disponível na peça básica é suficiente para descrever com precisão e clareza a infração e suas circunstâncias.

A proposta traz ganhos tanto na celeridade dos processos quanto na própria qualidade dos lançamentos de ofícios, que terão um melhor embasamento técnico e darão maiores subsídios aos contribuintes e aos julgadores;

VIII - Art. 56-Inclusão das alíneas "e" a "g" ao inciso III:

Os dispositivos propostos tratam de nulidades, determinando: 1) que as eventuais incorreções ou omissões do auto de infração ou da notificação de lançamento não acarretam sua nulidade, desde que permitam determinar com segurança a infração e o sujeito passivo, devendo essas incorreções ou omissões ser corrigidas e suprimidas pela autoridade competente, reabrindo-se o prazo de defesa; 2) que não se declarará a nulidade sem prejuízo às partes, em favor de quem lhe houver dado causa, se não influir na resolução do conflito ou se o ato praticado de forma diversa houver atingindo a sua finalidade; 3) que a nulidade de qualquer ato só prejudica os posteriores que dele diretamente dependam ou sejam consequência; 4) que a indicação de dispositivo regulamentar supre a menção do dispositivo de lei que lhe seja correspondente e não implica nulidade eventual erro nessa indicação, desde que, pela descrição dos fatos, fique



evidente o enquadramento legal, disposições constantes no Código de Processo Civil e no Decreto nº 70.235/1972, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal federal, com vistas ao atendimento dos princípios da economia e da informalidade processual, tão necessários na prestação jurisdicional administrativo tributária;

IX - Art. 56 - nova redação ao inciso IV do art. 56:

A redação atual estabelece que é admissível a apreensão de mercadorias, de bens, de livros, de documentos e de arquivos, inclusive os magnéticos.

A redação proposta inclui as informações digitais e estabelece que a comprovação de sua integridade ocorre quando tenha sido efetuada sua vinculação a um ou mais códigos digitais gerados por aplicativo especialmente projetado para a autenticação de dados informatizados, garantindo que a configuração do código autenticador se modifique na hipótese de ocorrer qualquer alteração, intencional ou não, do seu conteúdo. A inclusão se faz necessária em face da evolução tecnológica da informação;

X - Art. 56 - nova redação ao inciso V:

O inciso, com a redação atual, determina que a intimação para o autuado integrar a instância administrativa, bem como da decisão em primeira instância, será realizada pessoalmente ou, alternativamente, por via postal ou telegráfica e por publicação única no Diário Oficial Executivo, quando resultarem improficuas as alternativas anteriores.

Na redação proposta foi substituído o termo "via telegráfica" por "outro meio, com prova de recebimento". Também foi incluída a possibilidade da intimação por meio eletrônico e por publicação no Diário Eletrônico da Secretaria da Fazenda, com o objetivo de aproveitamento de tecnologias que possibilitem que as intimações sejam promovidas por outras modalidades, inclusive a eletrônica, mantendo, contudo, as demais formas tradicionais de intimação.

A evolução da tecnologia permite atualmente o envio de mensagens eletrônicas para os interessados nos editais, bem como a disponibilização de vários tipos de consultas, no sítio da Secretaria da Fazenda, aumentando a transparência dos atos administrativos.

Diante disso, e sem perder de vista a diretriz traçada pela Constituição da República pela celeridade nos processos, é conveniente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

reduzir o prazo em que se considerará feita a intimação por edital, de trinta para dez dias, mais condizente com a realizada atual, considerando que o Diário Oficial Executivo se encontra informatizado, o que simplifica e facilita o seu acesso em todo o território paranaense. Vale lembrar que o prazo de trinta dias foi fixado para a realidade vigente no ano de 1996, quando os editais circulavam em papel.

Ademais, considera-se a implementação de outras formas de notificação, mais eficientes que as atualmente utilizadas;

XI - Art. 56 - nova redação do inciso VI:

O inciso, com a redação atual, indica que a reclamação deve ser protocolizada na repartição onde correr a instrução do processo.

Na redação proposta foi substituído o termo "repartição por onde correr a instrução do processo" por "qualquer repartição da Coordenação da Receita do Estado", visando dar mais flexibilidade e comodidade aos contribuintes, evitando deslocamentos desnecessários;

XII - Art. 56 - nova redação ao inciso VIII:

Insta-se de mero perfeiçoamento da redação, sem alteração substantiva.

XIII - Art. 56 - nova redação ao inciso IX:

Ajusta a redação em face da revogação do dispositivo que tratava da contestação.

O prazo de quinze dias para a elaboração do Parecer foi suprimido, tendo em vista que com a adoção do processo eletrônico serão definidas metas administrativas internas, que considerarão a complexidade dos processos. O prazo até então fixado, ao não considerar a complexidade dos processos, torna impraticável o seu cumprimento, em boa parte dos casos;

XIV - Art. 56 - nova redação ao inciso X:

O inciso, com a redação atual, estabelece que nos casos de constatação, antes da decisão singular, de erro na capitulação da pena, da existência de sujeito passivo solidário ou de falta que resulte em agravamento



da exigência, será lavrado auto de infração revisional.

Na redação proposta foi inserida a ressalva prevista no art. 149 do Código Tributário Nacional e reduzida a possibilidade de auto revisional, que será feito somente na hipótese de existência de solidário.

Para as outras situações, exigir-se-á a lavratura de novo auto de infração, o que torna mais condizente com os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

XV - Art. 56 - nova redação ao inciso XI:

O inciso atual estabelece que a competência para o julgamento em primeira instância é do Diretor da CRE - Coordenação da Receita do Estado, que poderá delegá-la.

Na redação proposta foi especificado que a delegação da competência poderá ser em caráter singular ou colegiado; que a autoridade julgadora poderá determinar a realização de diligências ou perícias, quando entendê-las necessárias; e que fará parte da decisão um relatório resumido do processo, aludindo expressamente às razões de defesa suscitadas pelo reclamante.

A nova redação propõe a padronização dos procedimentos das decisões em primeira instância, determinando quais são os elementos indispensáveis na sua elaboração (relatório, parecer e conclusão), assegurando, com isso, a boa prestação jurisdicional administrativa.

Além disso, prevê a possibilidade de abertura de prazo adicional aos contribuintes para manifestação, no caso de juntada de novos elementos ao processo administrativo fiscal;

XVI - Art. 56 - nova redação ao item 1 da alínea "a" do inciso XII:

A redação atual estabelece que haverá recurso de ofício ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais - CCRF, da decisão favorável ao contribuinte, quando o montante atualizado do crédito for superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Na redação proposta foi incluída a expressão "na data do julgamento", com o objetivo de especificar a data da atualização do crédito tributário para fins de proposição do recurso de ofício ao CCRF, qual seja, na



data do julgamento, alterando o valor em moeda corrente para UPF/PR;

XVII - Art. 56 - nova redação à alínea "b" do inciso XIV:

A alteração proposta melhora a técnica redacional, eliminando incongruências e prevendo regulamentação detalhada pelo Poder Executivo.

A redação que se pretende alterar prevê que os créditos tributários inscritos em dívida ativa serão cancelados, com observância do disposto em decreto do Poder Executivo, nos casos de exclusão do crédito tributário ou de regularização de divergência de créditos tributários originados de processo administrativo fiscal, de rito sumário.

O Código Tributário Nacional prevê duas hipóteses de exclusão de crédito tributário: a isenção e a anistia.

Dessa forma, o dispositivo não teria aplicação prática, uma vez que para a isenção não há inscrição de débito em dívida ativa e para a anistia é necessária autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e regulamentação específica.

Com relação à segunda hipótese de aplicação do dispositivo (regularização de divergência de créditos tributários originados de processo administrativo fiscal, de rito sumário) também não se vislumbra qualquer sentido prático, pois não há processo administrativo fiscal de rito sumário.

Por outro lado, em função do princípio da economicidade, pode surgir a necessidade de remissão de débitos de pequeno valor, o que justificaria a previsão de regulamentação via decreto do Poder Executivo;

XVIII - Art. 56 - inclusão do parágrafo único:

A redação proposta estabelece que a administração tributária poderá determinar hipóteses em que as reclamações ou os recursos, e os documentos a serem anexados aos autos, possam ser enviados de forma eletrônica ou apresentados de forma digital, em face da evolução tecnológica da informação, permitindo maior celeridade ao processo;

XIX - Art. 57 - nova redação ao § 2º:

Pretende-se a adequação do dispositivo às novas possibilidades de intimação previstas no inciso V do art. 56;



XX - Art. 59 - nova redação ao artigo:

A redação atual estabelece que são ilididas as responsabilidades do agente fiscal nos pagamentos insuficientes em relação aos recolhimentos bancários autorizados ou em repartição fazendária, isto quando as diferenças forem lançadas em processo administrativo fiscal ou em dívida ativa.

A redação proposta estabelece que a administração tributária poderá anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais e retificar seus próprios atos quando existem defeitos sanáveis, com objetivo de privilegiar os princípios da legalidade, da equidade e da economicidade, bem como em atenção ao Princípio da Autotutela da Administração Pública e à Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal;

XXI - Art. 35 - revogação do § 3º:

Revoga-se dispositivo que determinava que o pagamento do crédito tributário realizado em repartição fazendária fosse efetuado em moeda nacional ou cheque administrativo, uma vez que, atualmente, as repartições fazendárias não recebem tributos, sendo essa tarefa direcionada exclusivamente às instituições bancárias;

XXII - Revogação do § 3º do art. 41:

Revoga dispositivo que excluía o benefício de ordem, na hipótese de utilização de fiança para possibilitar o parcelamento de crédito tributário ajuizado, adequando a Lei nº 11.580/1996 ao texto do Código Civil, que possibilita esse direito ao fiador demandado pelo pagamento da dívida (art. 827 do Código Civil);

XXIII - Revogação do inciso VII do art. 56:

O inciso, com a redação atual, estabelece a fase da contestação para manifestação do auditor fiscal sobre as razões oferecidas pelo autuado em sua reclamação.

Propõe-se suprimir essa etapa com a inclusão do relatório fiscal na presente proposta.

A alteração contribuirá para a celeridade do processo, tal



como preconizada pela Constituição da República e conforme exemplo de sucesso oferecido pela Receita Federal do Brasil;

XXIV - Revogação da alínea "b" do inciso XIV do art.

56:

O § 6º do art. 150 da Constituição Federal dispõe que "qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal...". Desta forma, verifica-se que a remissão ou o cancelamento de créditos tributários deve, efetivamente, ser realizada por meio de lei e não por decreto;

XXV - Art. 2º:

A postergação da vigência da Lei em noventa dias, em relação às alterações previstas nos incisos II, III e IV do artigo 1º, decorre da necessidade de alteração nos sistemas da Receita Estadual e da divulgação das alterações para o contribuinte.

Desta feita, por todo o exposto, vislumbra-se a real necessidade de alteração dos citados dispositivos da Lei nº 11.580/1996, conforme consta devidamente justificado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI N° 062/2013

Projeto de Lei nº 062/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 015/2013

Súmula: Altera dispositivos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

EMENTA: TRIBUTÁRIO. ALTERAÇÃO DA LEI Nº 11.580/96. ICMS. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 155, INCISO II DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 65, 66 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo objetiva alterar dispositivos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 que dispõe sobre o ICMS.

Devidamente visto.

em 12/03/2013

TODOS
ccj



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ** determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Poder Executivo (Governador do Estado), vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento o artigo 124 do **REGIMENTO INTERNO** desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifos nossos)

A **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ** estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Importante ressaltar que em relação à referida matéria, a Constituição Federal dá plena autonomia e reveste de legitimidade ao Poder Executivo para legislar sobre a matéria ora analisada, pois assim dispõe em seu art. 155:

Art. 155 – Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir imposto sobre:

(...)

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; (grifos nossos)

Faz-se necessário observar, portanto, que dentro da Constituição Federal os preceitos acerca de referido artigo, abrem margem ao contido no presente Projeto de Lei, tendo em vista que dá legitimidade e competência ao Estado para legislar sobre o ICMS.

Assim sendo, verifica-se que a Constituição da República autoriza ao Estado legislar sobre o ICMS.

Ademais, devemos observar que o Projeto de Lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00 que determina que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, tendo em vista que abrange um valor de inadimplência irrelevante, de 1,1% (um vírgula, um por cento) e, portanto, amparada pelo art. 16 da Lei Complementar Federal n.º 101/00:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

(grifos nossos)


Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei e, no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o Projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal.


Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei em virtude de se encontrar revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 12 de março de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR


APROVADO

190313 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 062/13

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 015/2013 que altera dispositivos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura exarou o devido parecer favorável.

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto a sua iniciativa e competência, nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição Estadual.

Já a Constituição Federal em seu art. 155, inciso II, ressalta a competência dos Estados e do Distrito Federal para tratar de assuntos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

Insta ressaltar que, conforme informações contidas na justificativa do Projeto de Lei em questão, a proposta visa adequar a legislação no sentido de integrar novos conceitos de ciência eletrônica, do domicílio eletrônico, bem como do lançamento de ofício e do processo administrativo fiscal eletrônico. Assim sendo, existe a necessidade de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

certas adaptações na redação de alguns dispositivos da Lei Orgânica do ICMS.

Em relação ao impacto orçamentário-financeiro a proposta apresenta-se em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. (Lei de Responsabilidade Fiscal).


Sendo assim, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 03/04/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR


Dep. Branstetter


Dep. Evandro F.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 62/2013

Súmula: Altera dispositivos da lei nº 11.580/1996, que dispõe quanto ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 62/2013, de autoria do Poder Executivo.

Preliminarmente, cumpre ressaltar que conforme art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa compete a esta Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa à Indústria e Comércio, que é o caso do Projeto de Lei em tela.

CONCLUSÃO




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

53

Diante do exposto, esta Comissão de Indústria e Comércio opina pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 62/2013.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2013.



Deputado André Bueno
Presidente



Deputado Nelson Garcia
Relator



Alexandre



Toninho



Jhon



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO

Emenda de Plenário nº	01
DAF	06 MAIO 2013
Visto	<i>Ilana</i>

SUBSTITUTIVO GERAL
AO PROJETO DE LEI Nº 62/2013



Art. 1º O art. 39 da Lei Estadual nº 11.580/1996 passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º, 4º e 5º:

"Art. 39. (...)

§ 3º Não se considera início de procedimento administrativo ou medida de fiscalização a comunicação do fisco sobre inconsistências passíveis de serem sanadas pelo contribuinte mediante autorregularização.

§ 4º A autorregularização consiste no saneamento, pelo contribuinte, das inconsistências identificadas pelo fisco, nos termos e condições estabelecidos na comunicação de que trata o § 3º e será regulamentada por ato do Poder Executivo.

§ 5º A manutenção da espontaneidade, na hipótese da autorregularização, se restringe às inconsistências descritas na comunicação."

Art. 2º O art. 40 da Lei nº 11.580/96 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 40. A multa prevista no inciso I do § 1º do art. 55 será reduzida:

I - do 1º ao 30º dia seguintes ao dia em que tenha expirado o prazo do pagamento, para 0,33% (trinta e três centésimos por cento) do valor do imposto declarado, por dia de atraso;

II - a partir do 31º dia seguinte ao que tenha expirado o prazo de pagamento, até a inscrição do crédito tributário em dívida ativa, em 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto declarado.

§ 1º As demais multas previstas no § 1º do art. 55, propostas em auto de infração, serão reduzidas nos percentuais abaixo indicados, desde que quitadas juntamente com as demais quantias exigidas:

I - em 50% (cinquenta por cento), quando pagas até o 30º dia subsequente ao da ciência do auto de infração;

II - em 20% (vinte por cento), quando pagas até o 30º dia subsequente ao da ciência da decisão de primeira instância.

§ 2º Na hipótese do inciso II do § 1º, os juros incidentes sobre a multa também serão reduzidos em 20% (vinte por cento).

§ 3º Os benefícios previstos neste artigo prevalecerão proporcionalmente às importâncias recolhidas, no caso de pagamento com insuficiência de valores."

Art. 3º O § 2º do art. 41 da Lei 11.580/96 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41 (...)

§ 2º Tratando-se de crédito tributário ajuizado, o parcelamento será autorizado desde que haja bens em garantia ou fiança suficientes para liquidação do débito, ficando dispensados quando os valores parcelados



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



forem inferiores a oitocentas UPF/PR e a quantidade de parcelas não for superior a doze."

Art. 4º O inciso I do § 1º do art. 55 da Lei 11.580/96 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 55 (...)

§ 1º (...)

I - equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do imposto declarado e não recolhido, ao contribuinte que deixar de pagar, no prazo previsto na legislação tributária, o imposto por ele declarado na forma prevista no § 4º do art. 45;

Art. 5º A alínea "a" do inciso XV do § 1º do art. 55 da Lei 11.580/96, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 55 (...)

§ 1º (...)

XV - (...)

a) deixar de apresentar ou transmitir, na forma ou no prazo estabelecidos na legislação, os elementos necessários à informação e apuração do imposto, por período de apuração;"

Art. 6º Os incisos II, IV, V, VI, VIII, IX, X e XI do art. 56 da Lei 11.580/96 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 56 (...)

II - INÍCIO DO PROCEDIMENTO FISCAL

O procedimento fiscal se considera iniciado:

- a) por termo de início de fiscalização, com intimação do sujeito passivo, seu representante ou preposto, na forma prevista no inciso V, alínea "a";
- b) pelo ato de apreensão de quaisquer bens ou mercadorias, ou de retenção de mídias, de informações digitais, de documentos ou de livros comerciais e fiscais;
- c) por qualquer outro ato escrito, praticado por Auditor Fiscal no exercício de sua atividade funcional, desde que cientificado o sujeito passivo, seu representante ou preposto;

IV - APREENSÃO

É admissível a apreensão de mercadorias, de bens, de livros, de documentos, de mídias ou de qualquer outro repositório de informações digitais, como prova material da infração tributária, mediante termo de apreensão, observando-se que:

- a) se houver prova ou fundada suspeita de que os itens se encontram em residência particular, ou em dependência de qualquer estabelecimento, a fiscalização adotará as cautelas necessárias para evitar a remoção



clandestina e determinará providências para busca e apreensão judiciária, se o morador ou detentor se recusar a fazer a sua exibição;
b) os itens apreendidos ficarão sob a custódia do fisco e poderão ser liberados mediante a satisfação, pelo autuado, das exigências determinantes da apreensão, ou, se não atendidas, após a identificação exata do infrator, da infração e das quantidades, espécies e valores;
c) em relação à apreensão de livros, de documentos, de mídias ou de qualquer outro repositório de informações digitais, ou à sua correspondente lacração, será lavrado termo que constará do processo;
d) ter-se-á como comprovada a integridade das informações digitais quando houver sido efetuada sua vinculação a um ou mais códigos digitais gerados por aplicativo especialmente projetado para a autenticação de dados informatizados, garantindo que a configuração do código autenticador seja modificada na hipótese de ocorrer qualquer alteração, intencional ou não, do seu conteúdo;

V – INTIMAÇÃO

a) as intimações para que o autuado integre a instância administrativa e da decisão de que trata o inciso XI serão efetivadas:

1. pessoalmente, mediante entrega ao sujeito passivo, a seu representante legal ou preposto, de cópia do lançamento de ofício ou de outro procedimento, e dos documentos que lhe deram origem, ou da decisão e seus anexos, respectivamente, exigindo-se recibo datado e assinado na via original ou, no caso de recusa, declaração escrita do Auditor Fiscal que o intimar;
2. por via postal ou por qualquer outro meio, com prova de recebimento no domicílio tributário eleito pelo sujeito passivo;
3. por meio eletrônico em portal da Secretaria da Fazenda ou, a critério do fisco, em endereço eletrônico indicado pelo sujeito passivo ou por seu representante legal;
4. quando resultarem improfícuas qualquer das modalidades anteriormente previstas, por publicação única em edital no Diário Oficial Executivo ou no Diário Eletrônico da Secretaria da Fazenda;

b) considera-se feita a intimação:

1. na data da ciência do autuado ou de seu representante legal, ou da declaração escrita de quem fizer a intimação na hipótese daquele se recusar a recebê-la, se pessoal;
 2. na data da juntada ao processo do aviso de recebimento, quando a intimação for realizada por via postal;
 3. na data do registro de acesso ao conteúdo da intimação feita por meio eletrônico;
 - 3.1 nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a comunicação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte;
 - 3.2. a consulta referida neste item deverá ser efetuada em até dez dias contados da data do envio da comunicação, sob pena de ser considerada automaticamente realizada no término desse prazo;
 4. dez dias da publicação do edital;
- c) para fins de intimação, considera-se domicílio tributário do sujeito passivo o endereço postal por ele fornecido para fins cadastrais ou o endereço eletrônico a ele atribuído pela administração tributária;
- d) consideram-se válidos, para fins de intimação, os endereços fornecidos pelo sujeito passivo ou por seu representante legalmente



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ LIDERANÇA DO GOVERNO



constituído, cabendo a esses mantê-los atualizados;

e) não sendo localizado o sujeito passivo no endereço de que trata a alínea "c", a intimação deve ser feita mediante publicação de edital;

f) os meios de intimação previstos nos itens 1, 2 e 3 da alínea "a" não estão sujeitos a ordem de preferência;

VI - RECLAMAÇÃO

Reclamação é a defesa apresentada pelo autuado, no prazo de trinta dias a contar da data em que se considera feita a intimação, observando-se que:

a) será protocolizada em qualquer repartição da Coordenação da Receita do Estado e nela o autuado aduzirá todas as razões de fato e de direito e demais argumentos de sua defesa, juntando, desde logo, as provas que tiver;

b) sua apresentação, ou na sua falta, o término do prazo para reclamação, instaura a fase litigiosa do procedimento;

c) apresentada tempestivamente supre eventual omissão ou defeito da intimação

VIII - DILIGÊNCIAS

A autoridade administrativa poderá determinar diligências ou requisitar documentos ou informações que forem considerados úteis ao esclarecimento das circunstâncias discutidas no processo;

IX - PARECER

Concluídas as eventuais diligências, será ultimada a instrução do processo, com parecer circunstanciado sobre a matéria discutida;

X - REVISÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO

Sem prejuízo do contido no art. 149 do Código Tributário Nacional, se após a ciência do auto de infração e antes da decisão de primeira instância for verificada a existência de sujeito passivo solidário poderá ser lavrado auto de infração revisional, do qual serão intimados os sujeitos passivos, abrindo-se o prazo de trinta dias para apresentação de reclamação ou cumprimento da obrigação, sem prejuízo do benefício da redução da multa previsto no inciso I do § 1º do art. 40;

XI - JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

O julgamento do processo em primeira instância é de competência do Diretor da Coordenação da Receita do Estado, que poderá delegá-la para autoridade administrativa, podendo essa solicitar audiência de órgão da Coordenação da Receita do Estado ou da Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado, observando-se que:

a) a autoridade julgadora determinará, de ofício ou a requerimento do reclamante, a realização de diligências ou perícias, quando entendê-las necessárias, indeferindo as que considerar prescindíveis ou impraticáveis, justificadamente;

b) deverá ser aberto prazo de quinze dias para eventual complementação



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



da reclamação, se da realização de diligências resultar a apreensão ou anexação de novos documentos, que implique inovação no conjunto probatório;

c) fará parte da decisão relatório resumido do processo, parecer circunstanciado sobre a matéria discutida, razões da defesa, fundamentos legais e conclusão;

Art. 7º. A alínea "c" do inciso III do art. 56 da Lei 11.580/96 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 56 (...)

III - (...)

c) a Secretaria da Fazenda manterá sistema de controle, registro e acompanhamento dos lançamentos de ofício e dos processos administrativos fiscais;"

Art. 8º. O inciso III do art. 56 da Lei 11.580/96 passa a vigorar acrescido das seguintes alíneas "d", "e", "f" e "g":

"Art. 56 (...)

III - (...)

d) o auto de infração, exceto o decorrente de fiscalização de trânsito de mercadorias, será instruído com relatório fiscal circunstanciado sobre as questões de fato e de direito motivadoras do lançamento de ofício;

e) não se declarará a nulidade: se não houver prejuízo às partes; em favor de quem lhe houver dado causa, por ação ou omissão; se não influir na resolução do conflito ou se o ato praticado de forma diversa houver atingido a sua finalidade;

f) a nulidade de qualquer ato só prejudica os posteriores que dele diretamente dependam ou sejam consequência;

g) a indicação de dispositivo regulamentar supre a menção do dispositivo de lei que lhe seja correspondente e não implica nulidade o eventual erro nessa indicação, desde que, pela descrição dos fatos, fique evidente o enquadramento legal;"

Art. 9º. O item 1 da alínea "a" do inciso XII do art. 56 da Lei 11.580/96 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 56 (...)

XII - (...)

"a" - (...)

1. de ofício, da decisão que declarar improcedente o lançamento, desde que o montante atualizado do crédito tributário, na data da decisão, seja superior a 1.000 UPF/PR, formalizado mediante manifestação obrigatória da autoridade prolatora da decisão;"

Art. 10 O art. 56 da Lei nº 11.580/96 passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



Art. 56 (...)

Parágrafo único. A administração tributária poderá estabelecer hipóteses em que as reclamações, os recursos ou outros documentos e procedimentos possam ser encaminhados de forma eletrônica ou apresentados em formato digital.

Art. 11 O § 2º do art. 57 da Lei nº 11.580/96 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 57 (...)

"§ 2º Da inscrição em dívida ativa, o contribuinte será notificado na forma dos itens 2 a 4 da alínea "a" do inciso V do art. 56, observado o disposto na alínea "e" desse inciso."

Art. 12 O art. 59 da Lei nº 11.580/96 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 59. A administração tributária poderá, mediante decisão fundamentada:

- I - anular seus próprios atos quando elivados de vícios que os tornem ilegais;
- II - retificar seus próprios atos quando esses apresentarem defeitos sanáveis e se evidencie lesão ao interesse público ou prejuízo a terceiros."

Art. 13 Ficam revogados o § 3º do artigo 35, o § 3º do art. 41, bem como o inciso VII e a alínea "b" do inciso XIV do art. 56, todos da Lei 11.580/96.

Art. 14 As alterações promovidas por esta Lei entram em vigor na data de sua publicação, exceto as alterações promovidas pelos artigos 2º, 3º, 4º e 5º, que entram em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
LÍDER DO GOVERNO

Hermes Brancato

TERECILIO

PLAATO

DOUGLAS



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA em relação à EMENDA SUBSTITUTIVA APRESENTADA EM PLENÁRIO no Projeto de Lei nº 62/2013 (mensagem nº 15/2013 na origem) que *ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 11.580, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1996, QUE DISPÕE QUANTO AO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO – ICMS.*

EMENDA SUBSTITUTIVA.
POSSIBILIDADE. ARTS. 137, §2º E 141, I,
DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP.
CONSTITUCIONAL. PARECER PELA
APROVAÇÃO DA EMENDA
SUBSTITUTIVA. APRESENTAÇÃO DE
SUBEMENDA.

Relator: *Deputado PEDRO LUPION*



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



I-RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo objetiva alterar dispositivos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 que dispõe sobre o ICMS.

Ocorre que, em data de 06 de maio, a presente mensagem recebeu Emenda Substitutiva de Plenário em segunda discussão.

Por esta razão, é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

II-ANÁLISE E VOTO

A função do controle preventivo dos Projetos de Lei, exercido por esta Comissão é exatamente evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação. Fala-se, destarte, unanimemente em "integridade do ordenamento jurídico" e proteção da supremacia da Constituição e da superioridade hierárquica do direito federal em relação ao estadual.

Compete, assim, se pronunciar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação do projeto de Lei sob exame, nos termos do que prevê o 33-A, inciso I, do Regimento Interno.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:





PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva a proposição apresentada como sucedânea da outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto. (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que a emenda ora em tela está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.





PODER LEGISLATIVO


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, uma vez obedecido o trâmite legal, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO**, na forma da subemenda anexa.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2013.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator





PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



SUBEMENDA AO SUBSTITUTIVO GERAL DE PLÊNÁRIO

Altera a redação do art. 2º do Substitutivo Geral de Plenário apresentado ao Projeto de Lei nº 62/2013.

Art. 1º O art. 2º do Substitutivo Geral apresentado ao Projeto de lei nº 62/2013 passa a contar com a seguinte redação:

Art. 2º O art. 40 da Lei nº 11.580/96 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40. A multa prevista no inciso I do § 1º do art. 55 será reduzida:

I - do 1º ao 30º dia seguintes ao dia em que tenha expirado o prazo do pagamento, para 0,33% (trinta e três centésimos por cento) do valor do imposto declarado, por dia de atraso;

II - a partir do 31º dia seguinte ao que tenha expirado o prazo de pagamento, até a inscrição do crédito tributário em dívida ativa, em 50% (cinquenta por cento).

§ 1º As demais multas previstas no § 1º do art. 55, propostas em auto de infração, serão reduzidas nos percentuais abaixo indicados, desde que quitadas juntamente com as demais quantias exigidas:

I - em 50% (cinquenta por cento), quando pagas até o 30º dia subsequente ao da ciência do auto de infração;

II - em 20% (vinte por cento), quando pagas até o 30º dia subsequente ao da ciência da decisão de primeira instância.





PODER LEGISLATIVO

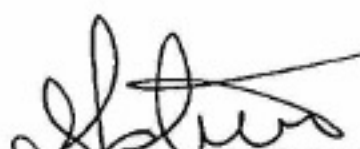
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION




§ 2º Na hipótese do inciso II do § 1º, os juros incidentes sobre a multa também serão reduzidos em 20% (vinte por cento).

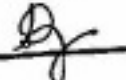
§ 3º Os benefícios previstos neste artigo prevalecerão proporcionalmente às importâncias recolhidas, no caso de pagamento com insuficiência de valores."

Sala das Comissões, 14 de Maio de 2013.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator

APROVADO

14.05.13 





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



~~PROJETO DE LEI~~ PROJETO DE LEI 642/12

SÚMULA: Cria 1 (um) cargo de Assessor do Corregedor-Geral da Justiça, de provimento em comissão, simbologia DAS-4, 2 cargos de Assessor Correicional, de provimento em comissão, simbologia DAS-5, e transforma dois cargos de provimento em comissão simbologia DAS-4 em dois cargos DAS-3, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, e adota outras providências.

Art. 1º Ficam criados 1 (um) cargo de Assessor do Corregedor-Geral da Justiça, de provimento em comissão, simbologia DAS-4, e 2 (dois) cargos de Assessor Correicional, de provimento em comissão, simbologia DAS-5, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que passam a integrar o Anexo III, Tabela II da Lei Estadual nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

§ 1º. Fica transformado um cargo de Supervisor do Centro de Apoio ao FUNREJUS, de provimento em comissão, simbologia DAS-4, em um cargo de Diretor do Centro de Apoio ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, de provimento em comissão, simbologia DAS-3, que passa a integrar o Anexo III, Tabela II da Lei Estadual nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

§ 2º. Fica transformado um cargo de Supervisor do Centro de Apoio ao Fundo da Justiça, de provimento em comissão, simbologia DAS-4, em um cargo de Diretor do Centro de Apoio ao Fundo da Justiça - FUNJUS, de provimento em comissão, simbologia DAS-3, que passa a integrar o Anexo III, Tabela II da Lei Estadual nº 11.719, de 12 de maio de 1997, consolidado no Anexo II da Lei 14.807, de 20 de julho de 2005.

Art. 2º O provimento em comissão dos cargos previstos nesta lei dar-se-á por nomeação do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, mediante proposta do respectivo Desembargador, observando-se os critérios de necessidade e competência profissional, cumprindo o disposto na Resolução n.º 07, de 18.10.2005, do Conselho Nacional de Justiça.



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Art. 3º O preenchimento dos cargos fica condicionado ao cumprimento das disposições e dos limites orçamentário-financeiros constantes da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem por finalidade a criação de 1 (um) cargo de Assessor do Corregedor-Geral da Justiça, de provimento em comissão, simbologia DAS-4, 2 cargos de Assessor Correicional, de provimento em comissão, simbologia DAS-5, e a transformação de dois cargos de provimento em comissão simbologia DAS-4 em dois cargos DAS-3, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

A criação proposta tem por objetivo dotar a Corregedoria-Geral da Justiça de estrutura adequada para o enfrentamento das atuais necessidades jurisdicionais.

Com a edição de recente norma pelo Conselho Nacional de Justiça, tornou-se obrigatória a realização de correições em pelo 30% das unidades judiciais, no período de um ano.

Assim, torna-se necessária a adequação do número de cargos às atuais necessidades, em especial daqueles destinados à realização das correições.

Da mesma forma, a transformação de dois cargos de provimento em comissão simbologia DAS-4, de Supervisor do Centro de Apoio ao FUNREJUS e Supervisor do Centro de Apoio ao Fundo da Justiça, em dois cargos DAS-3, respectivamente de Diretor do Centro de Apoio ao Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS e Diretor do Centro de Apoio ao Fundo da Justiça - FUNJUS mostram-se necessários.

Afinal, a crescente demanda destes setores, que atualmente são responsáveis pelo reequipamento do Poder Judiciário e pelo processo de estatização de serventias de primeiro grau de jurisdição, justifica por si só a





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



modificação proposta, dando aos referidos centros tratamento idêntico ao dispensado aos demais departamento deste Tribunal de Justiça.

O provimento dos cargos dar-se-á por nomeação do Presidente do Tribunal de Justiça, observando-se critérios de necessidade e competência profissional, cumprido o disposto na Resolução n.º 07, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, cujo art. 1.º veda a "prática de nepotismo no âmbito de todos os órgãos do Poder Judiciário, sendo nulos os atos assim caracterizados".

A presente proposta foi objeto de aprovação pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 14 de dezembro último.

Registre-se que o custo de criação e transformação de cargos, conforme proposto, é estimado em aproximadamente R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para o exercício de 2013, R\$ 424.000,00 (quatrocentos e vinte e quatro mil reais) para o exercício de 2014 e R\$ 449.000,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil reais) para o exercício de 2015, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 2º Quadrimestre de 2012, a Despesa Total com Pessoal situou-se em 4,01% (três vírgula noventa e sete por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação com a proposta de lei orçamentária para o exercício de 2013, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

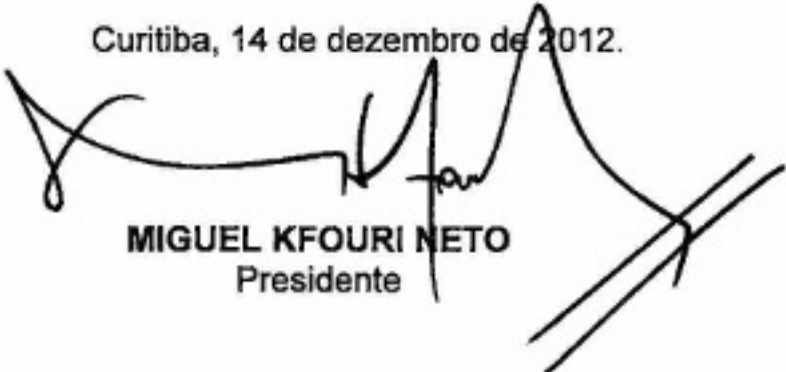
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que trata da criação de 1 (um) cargo de Assessor do Corregedor-Geral da Justiça, de provimento em comissão, simbologia DAS-4, 2 cargos de Assessor Correicional, de provimento em comissão, simbologia DAS-5, e transforma dois cargos de provimento em comissão simbologia DAS-4 em dois DAS-3, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei Estadual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei Estadual nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 14 de dezembro de 2012.


MIGUEL KFOURI NETO
Presidente



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 14 de dezembro de 2012.
Of. nº 1.715/2012-GP

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências

Em 17/12/2012

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 17 DEZ. 2012

1º Secretário

Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a criação de 1 (um) cargo de Assessor do Corregedor-Geral da Justiça, de provimento em comissão, simbologia DAS-4, 2 cargos de Assessor Correicional, de provimento em comissão, simbologia DAS-5, e transforma dois cargos de provimento em comissão simbologia DAS-4 em dois cargos DAS-3, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio, em anexo, a documentação pertinente à matéria relacionada ao disposto nos artigos 16, 17 e 22 da referida Lei Complementar nº 101/2000.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.


MIGUEL KFOURINETO
Presidente do Tribunal de Justiça

14449 17/12/2012 0808372 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 642/12

Projeto de Lei nº. 642/12
Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Cria 1 (um) cargo de Assessor do Corregedor-Geral da Justiça, de provimento em comissão, simbologia DAS-4, 2 cargos de Assessor Correicional, de provimento em comissão, simbologia DAS-5, e transforma dois cargos de provimento em comissão simbologia DAS-4 em dois cargos DAS-3, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, e adota outras providências.

EMENTA: CRIAÇÃO DE UM CARGO DE ASSESSOR DO CORREGEDOR-GERAL SIMBOLOGIA DAS-4. DOIS CARGOS DE ASSESSOR CORREICIONAL SIMBOLOGIA DAS-5. TRANSFORMA DOIS CARGOS SIMBOLOGIA DAS-4 EM DOIS CARGOS DAS-3. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa criar 1 (um) cargo de Assessor do Corregedor-Geral da Justiça, de provimento em comissão, simbologia DAS-4, 2 cargos de Assessor Correicional, de provimento em comissão, simbologia DAS-5, e transforma dois cargos de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



provimento em comissão simbologia DAS-4 em dois cargos DAS-3, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

É de competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o artigo 96, inciso II, alínea b, da Constituição Federal:

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

Sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da criação de novas varas judiciárias, bem como da alteração judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhe forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I da Constituição Federal;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2012 - 2015, aprovado pela Lei Estadual n. 17.013/2011.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.



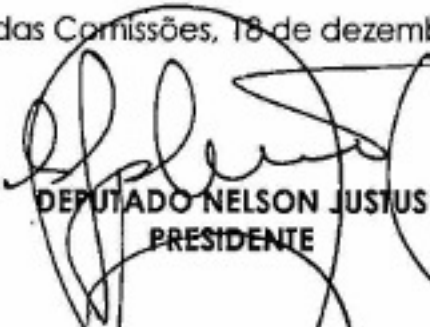
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça






CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR




APROVADO

18.12.12 



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 642/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1715/12 que objetiva criar 01(um) cargo de Assessor de Corregedor-Geral da Justiça, de provimento em Comissão, simbologia DAS-4, 2 (dois) cargos de Assessor Correicional, de provimento em Comissão, simbologia DAS-5, e transforma dois cargos de provimento em comissão simbologia DAS-4 em dois cargos DAS-3, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado.

Constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Fernando Scanavaca e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Observe-se ainda, que a proposta vem acompanhada da Declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2012-2015, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Em relação ao impacto financeiro e orçamentário, a que se destacar que o custo de criação e transformação de cargos, conforme proposto, é estimado em aproximadamente R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais) para o exercício de 2013, R\$424.000,00 (quatrocentos e vinte e quatro mil reais) para o exercício de 2014 e R\$ 449.000,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil reais) para o exercício de 2015, a ser suportado pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Desta forma, manifestamos, o parecer **FAVORÁVEL** à sua aprovação e o devido encaminhamento aos demais órgãos competentes.

É o parecer.

Sala das Comissões,

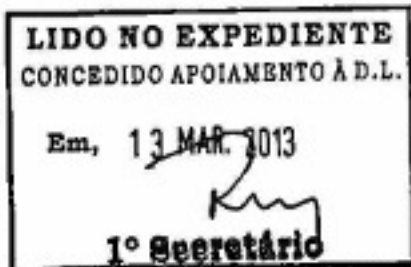
18/12/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO FRANCISCO BUNDES
RELATOR



PROJETO DE LEI Nº 78/2013




Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais e Familiares de Formosa do Oeste, com sede e foro no Município de Formosa do Oeste.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais e Familiares de Formosa do Oeste, com sede e foro no Município de Formosa do Oeste.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de março de 2013.


MARLA TURECK
Deputada Estadual



JUSTIFICATIVA

A Associação de Produtores Rurais Familiares de Formosa do Oeste, com sede e foro no Município de Campo Mourão, é uma entidade, sem fins econômicos, políticos, partidários ou religiosos e com personalidade jurídica de direito privado próprio.

Organizada para associar os produtores rurais familiares que desenvolvem atividades em propriedades rurais situadas no município de Formosa do Oeste, objetiva promover o desenvolvimento pessoal, profissional e cultural de seus associados e familiares, bem como promover o desenvolvimento agropecuário através da elaboração, execução de projetos e planos individuais, coletivos e comunitários.

Ademais a entidade realiza seus trabalhos priorizando a prestação de serviços de transporte, beneficiamento, armazenamento, classificação da produção, embalagens, rotulagens e outros necessários à produção e comercialização dos associados.

Neste sentido se almeja a declaração de utilidade pública no intuito de se habilitar a entidade para a realização de aquisição e financiamento de máquinas, equipamentos, insumos, estruturação de sistemas de produção e técnicas modernas, capitalizando recursos, por meio de Programas ou Projetos que visem qualificar e instrumentalizar pessoal e profissionalmente os associados e seus familiares.

Oportuno ressaltar que tal entidade já possui declaração de Utilidade Pública Municipal, e desenvolve excelentes serviços desde Julho de 2010, data de sua fundação.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 78/2013

Projeto de Lei nº. 78/2013
Autora: Deputada Marla Tureck

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS E FAMILIARES DE FORMOSA DO OESTE**, com sede e foro no Município de Formosa do Oeste.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Marla Tureck, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS E FAMILIARES DE FORMOSA DO OESTE**, com sede e foro no Município de Formosa do Oeste, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a assistência social e cultural, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da pesquisa, da cultural, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 07 de maio de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

APROVADO

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



*Assembleia Legislativa do Estado do
Paraná*



PROJETO DE LEI Nº 170/2013

LIDO NO EXPEDIENTE,
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 08 MAIO 2013


1º Secretário

SUMULA: Declara de Utilidade Pública Estadual e Federação Paranaense de Rugby.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Federação Paranaense de Rugby, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 2013.


Deputado **Ademair Trajano**

Líder do Governo



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



JUSTIFICATIVA:

O rugby é o segundo esporte coletivo mais praticado no mundo e seu torneio mundial, realizado de quatro em quatro anos, fica somente atrás da Copa do Mundo de Futebol e dos Jogos Olímpicos quanto a audiência, número de países envolvidos e demonstrações de paixão de seus torcedores.

Diferentemente de outros países como Uruguai, Chile e especialmente a vizinha Argentina, o rugby não se tornou no Brasil o segundo esporte do país. Entretanto, sempre teve praticantes espalhados pelo Brasil, em especial na cidade de São Paulo e por todo aquele Estado.

No Paraná a abnegação do paulistano aqui radicado, Mauro Callegari e o argentino Eduardo "Lalo" Lagarrigue deu início as atividades do Curitiba Rugby Clube, fundado oficialmente em 1983, completando portanto este ano 30 anos de atividades. Durante muito tempo, o mais antigo clube do sul do Brasil não tinha adversários no Paraná, situação que passou a mudar no início dos anos 90 quando foi fundado o hoje extinto Araucária e depois com a consecução do mais antigo clube ainda em atividades no interior do Estado, o Lobo Bravo Rugby de Guarapuava.

Pouco a pouco o esporte foi se disseminando pelo Estado, chegando em cidades polo do Paraná como Maringá, Londrina e Cascavel. Hoje a Federação Paranaense de Rugby, fundada em 2009 e uma das fundadoras da CBRu – Confederação Paranaense de Rugby – entidade que veio a substituir a extinta ABR – Associação Brasileira de Rugby- congrega equipes das mais diversas regiões do Paraná.

Os clubes que compõe a FPRu são o Curitiba Rugby Clube, Urutau Rugby de Curitiba, Associação Lobo Bravo Rugby de Guarapuava, Associação Atlético Maringá Rugby, Londrina Rugby Clube, Toledo Rugby, Cianorte Rugby e Cascavel Rugby Clube. Há equipes em



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná



formação e que já estão em contato com a FPRu para adentrarem quadro da Federação em Apucarana, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa.

O crescimento do esporte tem sido exponencial e mais e mais jovens tem se interessado pelo esporte, que carrega em seu bojo valores de companheirismo, amizade e respeito. O rugby que em sua modalidade "seven a side", jogado com sete jogadores de cada lado em dois tempos de sete minutos cada, volta aos Jogos Olímpicos na edição de 2016 no Rio de Janeiro, popularizando ainda mais o esporte.

Devido a este desenvolvimento, os clubes necessitam de uma organização central e estruturada, além de representação institucional, papel este desempenhado pela FPRu, que comanda e organiza as Seleções Paranaenses M-18 e M-16 em nível nacional, além de ser a entidade máxima do rugby no Estado do Paraná, organizando e estruturando campeonatos durante todo o ano.

Pelos motivos acima expostos é que peço o apoio dos nobres pares para a pronta e merecida aprovação do presente projeto de lei afim de declarar de utilidade pública estadual a Federação Paranaense de Rugby.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 170/2013

Projeto de Lei nº. 170/2013
Autor: Deputado Ademar Traiano

***Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a
FEDERAÇÃO PARANAENSE DE RUGBY.***

***EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA
FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM
ANEXO.***

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Ademar Traiano tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a ***FEDERAÇÃO PARANAENSE DE RUGBY***, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar a súmula, que pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



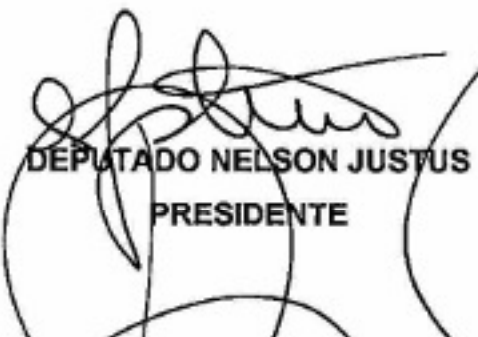
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça





CONCLUSÃO


Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo.

Sala das Comissões, em 14 de Maio de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR



APROVADO

14.05.13 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 170/2013

De acordo com o que determina o artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, fica modificado a Súmula do Projeto de Lei nº 170/2013, passando a contar com a seguinte redação:

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a **FEDERAÇÃO PARANAENSE DE RUGBY**, com sede e foro no Município de Curitiba.

Sala das Comissões, em 14 de Maio de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA

RELATOR

APROVADO

14.05.13



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 182/2013

Súmula: Estabelece, para revisão geral anual do ano de 2013, o índice geral de 6,49% nas tabelas de vencimento básico e de subsídio das Carreiras Estatutárias Cíveis e Militar do Poder Executivo do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica concedido, para revisão geral anual, o índice geral de 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento) na referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico e de subsídio, com o consequente reflexo nos intermíveis e interclasses, respeitada a amplitude salarial e a dinâmica intercargos, às carreiras estatutárias cíveis e militar do Poder Executivo do Paraná, em atendimento ao disposto no inciso X, do artigo 27 da Constituição Estadual.

Art. 2º O índice geral de 6,49%, previsto no artigo anterior, abrange os servidores ativos integrantes da Carreira de Advogado, Carreira de Auditor Fiscal – CRE, Carreira de Procurador do Estado, Carreira de Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia e Carreira Técnico-Científica do Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, Carreira Docente e Técnica Universitária das Instituições Estaduais de Ensino Superior – IEES, Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, Quadro Próprio do Magistério – QPM, Quadro Único de Pessoal – QUP, Quadro dos Funcionários da Educação Básica – QFEB, Agente de Assistência e Extensão – EMATER e Quadro Próprio do Instituto EMATER – QPEM, Polícia Militar – PMPR, Carreira de Delegado da Polícia Civil, Quadro Próprio dos Peritos Oficiais – QPPO, Carreira de Fiscalização da Defesa Agropecuária e Carreira de Assistência à Fiscalização da Defesa Agropecuária da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, os Contratos de Regime Especial – CRES, os servidores da PARANAEDUCAÇÃO e



dos Convênios com Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAES, os servidores reintegrados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e as Gratificações previstas nas Leis nº 13.666/2002, Art. 18, incisos I, II, IV, V e VI, nº 17.026/2011, Art. 13, incisos I e II, nº 17.358/2012, nº 17.382/2012, Art. 13, Inciso IV, § 2º, § 3º e § 4º, nº 17.430/2012, nº 17.432/2012 e nº 17.466/2013.

Art. 3º O disposto nesta Lei aplica-se aos inativos e geradores de pensão das carreiras civis e militar do Poder Executivo, inclusive aos proventos decorrentes de aposentadorias de servidores alcançados pela Emenda Constitucional Federal n.º 41/2003.

Art. 4º O disposto nesta Lei não se aplica às carreiras da Polícia Civil, que já tiveram o reajuste geral anual de 2013 previsto nos termos do parágrafo 2º, do Art. 8º da Lei nº 17.170 de 24/05/2012, às Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Entes de Cooperação Econômica, vencimento básico e demais vantagens dos cargos de provimento em comissão, funções acadêmicas e cargos em comissão de direção acadêmica – Lei 16.372/2009, função comissionada de confiança – FCC – Lei nº 17.075/2012, função comissionada de confiança – FCC – Lei nº 17.026/2011, Função Privativa-Policial – FPP – Lei nº 17.172/2012 e demais vantagens não previstas nesta Lei.

Art. 5º A aplicação do índice fixado no artigo 1º será implementado em folha de pagamento, sendo 3,2 (três vírgula dois por cento) no mês de maio de 2013 e 3,19 (três vírgula dezenove por cento) no mês de julho de 2013.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 10 de maio de 2013.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

ESTUDO DE REAJUSTE - 6,49% EM 2 x SOBRE REMUNERAÇÃO **3,2% em Maio de 2013 e 3,19% em Julho de 2013**

VALORES	2013						
	Março		Reajuste Maio 3,2%	Impacto Maio	Impacto Junho	Reajuste Julho 3,19%	Impacto Mensal de Jul a Dez
Valor Remuneração	1.076.964,087	Total	1.110.830,774	33.866,687	33.866,687	1.145.671,974	68.707,887

Fonte: BI-03 de Maio de 2013 c/ todas as revisões e folhos complementares, com impacto anual até Dezembro 2013

Obs.:

- Cálculo realizado sobre salário remuneração com todas as revisões e complementares - valor bruto do mês de março de 2013.
- Não computados: Crescimento vegetativo de 2% ano, Ingressos Programados e Impactos de Demandas Diversas. (aprox. R\$300 milhões em 2013)
- Valor bruto folha dos Cargos em Comissão = R\$ 18.630.128,00

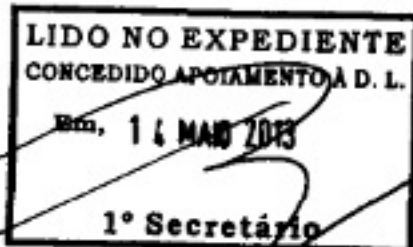
Memória de Cálculo:

- Na coluna do Reajuste Maio calcula-se multiplicando Valor da Remuneração de Março SEM o Valor Bruto de Cargos em Comissão por 1,032 e somamos o valor do Cargo em Comissão.
- Na coluna do Impacto Maio e Junho calcula-se subtraindo o valor do Reajustado Maio do Valor da Remuneração.
- Na coluna do Reajuste Julho calcula-se multiplicando Valor da Remuneração do Reajustado de Maio SEM o Valor Bruto de Cargos em Comissão por 1,0319 e somamos o valor do Cargo em Comissão.
- Na coluna do Impacto Mensal de Jul a Dez calcula-se subtraindo o valor do Reajustado Julho do Valor da Remuneração.

Confere com o original.

Em 13.05.2013.

ADALTONIA BRUZ
 CIL/SEEG



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 041 /2013

Curitiba, 10 de maio de 2013.

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em 14/05/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva estabelecer, para revisão geral anual do ano de 2013, o Índice Geral de 6,49% nas tabelas de vencimento básico e de subsídio das Carreiras Estatutárias Cíveis e Militar do Poder Executivo do Estado do Paraná, conforme menciona.

O Anteprojeto ora apresentado visa a dar cumprimento ao preceito constitucional insculpido no inciso X do Artigo 27 da Constituição Estadual e no art. 37, X, da Constituição Federal, que versa sobre a revisão anual da remuneração dos servidores do Poder Executivo do Estado do Paraná.

A Lei Complementar n.º 101/2000 garante a revisão anual de remuneração prevista no art. 37, X, da Constituição Federal, ainda que as despesas com pessoal estejam acima do limite prudencial.

Como é cediço, a Lei de Responsabilidade Fiscal excetua, somente, a revisão anual das remunerações a qual alude o art. 37, X, da Constituição Federal, o que não se confunde com a reposição de perdas salariais ocorridas em períodos anteriores.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL



Desta forma, apresento o Anteprojeto em anexo, que estabelece a revisão geral anual da remuneração dos servidores do Poder Executivo do Estado do Paraná, na forma do exposto, do Estado do Paraná para o ano de 2013.

Serão abrangidos com a proposta legislativa os servidores das Carreiras de Advogado do Estado, Auditor Fiscal – CRE e Procurador do Estado, bem como a Carreira de Logística e Gestão em Ciência e Tecnologia e Carreira Técnico - Científica do Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, Carreira Docente e Técnica Universitária das Instituições de Ensino Superior – IEES, Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, Quadro Próprio do Magistério – QPM, Quadro Único de Pessoal – QUP, Quadro dos Funcionários da Educação Básica - QFEB, Agente de Assistência e Extensão – EMATER e Quadro Próprio do Instituto EMATER – QPEM, Polícia Militar - PMPR, Carreira de Delegado da Polícia Civil, Quadro Próprio dos Peritos Oficiais – QPPO, Agência de Defesa Agropecuária do Paraná – ADAPAR, os Contratos de Regime Especial – CRES, os servidores da PARANAEDUCAÇÃO e dos Convênios com as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAES, e servidores reintegrados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Não estão contemplados no presente Anteprojeto de Lei, os servidores das Carreiras da Polícia Civil cujo reajuste geral anual de 2013 já foi previsto nos termos do parágrafo 2º, do art. 8º da Lei nº 17.170, de 24/05/2012 bem como cargos de provimento em comissão e funções comissionadas.

O custo mensal da folha de pagamento do Poder Executivo do Estado do Paraná, no mês de março de 2013, é de aproximadamente R\$ 1.076.964.087,00 (um bilhão, setenta e seis milhões, novecentos e sessenta e quatro mil e oitenta e sete reais), incluído o auxílio transporte dos professores e dos servidores do QFEB.

A proposta é conceder 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento) de reajuste parcelados em dois meses - maio e julho de 2013.

A aplicação do índice será feita da seguinte forma: implantação de 3,2% (três vírgula dois por cento) no mês de maio de 2013 e 3,19% (três vírgula dezenove por cento) no mês de julho de 2013 e importará em uma estimativa de custo da ordem de R\$ 68.707.887,00 (sessenta e oito milhões, setecentos e sete mil e



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

mil e vinte e um reais) mensais, alcançando, aproximadamente, 291.874 servidores ativos, inativos e geradores de pensão.

A Revisão Geral Anual, objeto do presente anteprojeto de lei, tem fundamento no inciso X, do artigo 27 da Constituição Estadual e no artigo 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal; ademais, o índice aplicado corresponde à inflação do período, não caracterizando, portanto, aumento salarial.

O aumento de despesas com o pessoal decorrente da implantação da revisão geral anual consta da previsão de despesa de pessoal do Poder Executivo.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 182/2013

Projeto de Lei nº 182/2013.

Autor: Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 041/2013.

Súmula: Estabelece, para revisão geral anual do ano de 2013, o índice geral de 6,49% nas tabelas de vencimento básico e de subsídio das Carreiras Estatutárias Cíveis e Militar do Poder Executivo do Estado do Paraná.

EMENTA: CARREIRAS ESTATUTÁRIAS CÍVIS E MILITAR. REVISÃO GERAL ANUAL. ÍNDICE 6,49%. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGO 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 65, 66 e 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 61 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REVISÃO ANUAL. ART. 37, INCISO X DA CF. ART 27, INCISO X DA CE. ESTUDO DO REAJUSTE. LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa conceder, para revisão geral anual, o índice geral de 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento) na referência salarial inicial das tabelas de vencimento básico e de subsídio, com o consequente reflexo nos intervalos e interclasses, respeitada a amplitude salarial e a dinâmica intercargos, às carreiras estatutárias cíveis e militar do Poder Executivo do Paraná, em atendimento ao disposto no inciso X, do artigo 27 da Constituição Estadual.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.
(grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento, a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

No que tange aos funcionários do Poder Executivo, especialmente da Polícia Militar, a competência para versar sobre a administração dos mesmos, está elencada na CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, em seu artigo 66, que determina que é **competência exclusiva do Governador do Estado do Paraná**, conforme segue:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

(...)

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar; (grifo nosso).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Seguindo, a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, em seu artigo 87, reforça a competência privativa do Governador para dispor sobre a administração estadual, senão vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração estadual, na forma da lei;

(...)

Ademais a CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, de forma análoga, assim determina no **art. 61, § 1º, II, c**:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, cumpre salientar, o disposto na **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA**, artigo 37, inciso X, sobre a revisão anual da remuneração dos servidores do Poder Executivo, adiante transcrito:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

(...)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)

No mesmo sentido, reitera a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, artigo 27, inciso X, conforme segue:

Art. 27. A administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, motivação, economicidade



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional 11 de 10/12/2001) (vide Lei 16867 de 12/07/2011)

(...)

X- a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional 7 de 24/04/2000) (vide Lei 15799 de 16/04/2008) (vide Lei 16868 de 12/07/2011) (vide Lei 16821 de 02/06/2011) (vide Lei 16814 de 19/05/2011)

Ainda, importante salientar, que o aumento de despesas com o pessoal decorrente da implantação da revisão geral anual consta da previsão de despesa de pessoal do Poder Executivo, conforme planilha apresentada, cumprindo-se, assim, a Lei Complementar nº 101/2000.

Deste modo, o projeto sob análise está dentro da constitucionalidade exigida, uma vez que compete exclusivamente ao Poder Executivo através do Governador do Estado, legislar sobre a matéria em questão.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

CONCLUSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná


Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR


**VOTO
CONTRARIO
AO PARECER**

Dep. Tereza
Turini
20.05.13


APROVADO

20.05.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo

REQUERIMENTO

I - RECEBIDO
II - PROTOCOLE-SE
III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA SESSÃO
PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO
IV - À DAP PARA PROVIDÊNCIAS
SALA DAS SESSÕES DATA

20 MAIO 2013

PRESIDENTE

Requer a Transformação das Sessões Plenárias de 21 de maio, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 182/2013 (Mensagem 041/13) e 190/2013 (Mensagem 042/13), com diminuição de interstício.

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **requerem**, com fundamento no art. 107 e no art. 174, § 2º do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, de 21 de maio, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 182/13 (Mensagem Governamental 041/13) e 190/13 (Mensagem 042/13), com diminuição de interstício entre as votações.

Sala das Sessões em, 20 de maio de 2013.

Deputado Ademair Traiano

Líder do Governo

REGISTRO Nº 004444 Nº ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

GILBERTO RIBEIRO

ANDRÉ (17)
FUGUEIRO (18)
MÉROL (19)
GILBERTO MARTIN (20)
A. CORNÉ (21)
Deputado Ademair Traiano
Líder do Governo
BAMM (22)
P. BATISTIN (23)
ADELINDA (24)
PASTOR EDSON (25)
LIGERSON (26)
FRASCA (27)
MARIA (28)
PARANÁ (29)
INTERLÍCIO (30)



ANEXO PROJETO DE LEI 190/2013

Súmula: Institui o Sistema de Gestão Integrada dos Recursos Financeiros do Estado do Paraná – SIGERFI PARANÁ.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Gestão Integrada dos Recursos Financeiros do Estado do Paraná – SIGERFI PARANÁ, destinado a centralizar em conta bancária do "Governo do Estado" as disponibilidades financeiras dos órgãos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta do Estado.

Parágrafo Único. Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo as instituições financeiras e de seguros, direta ou indiretamente controladas pelo Estado; as empresas públicas e sociedades de economia mista de capital aberto; a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, os fundos de natureza previdenciária administrados pela PARANAPREVIDÊNCIA e outros recursos que por exigência legal necessitem de segregação.

Art. 2º O SIGERFI PARANÁ é um instrumento pelo qual a Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA administrará as disponibilidades financeiras da Administração Direta e Indireta do Estado, propiciando a maximização dos ganhos na aplicação de recursos disponíveis e a flexibilização no direcionamento dos recursos, de maneira a contemplar o suprimento de metas e programas traçados pelo Governo Estadual.

§1º O SIGERFI PARANÁ será administrado pela SEFA e executado por instituição financeira oficial.

§ 2º A conta centralizadora concentrará os recursos das subcontas próprias de cada



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

órgão, entidade, fundo, contrato e convênio, e evidenciará a movimentação e o saldo de seus integrantes.

§ 3º Os órgãos e entidades que realizarem arrecadações de recursos fora das instituições financeiras públicas ou privadas contratadas pelo Estado do Paraná deverão transferi-los, quando tomados disponíveis para movimentação, à instituição financeira responsável pela execução do SIGERFI PARANÁ.

§ 4º As aplicações financeiras existentes na data da publicação desta Lei deverão ser resgatadas quando de seu vencimento e colocadas à disposição do SIGERFI PARANÁ, em nome do respectivo órgão ou entidade.

Art. 3º Compete à Secretaria de Estado da Fazenda:

- I - gerenciar os saldos disponíveis diários existentes na conta centralizadora;
- II - celebrar contratos e convênios com as instituições participantes do SIGERFI PARANÁ;
- III - analisar e apreciar previamente os fluxos financeiros dos órgãos e entidades integrantes do SIGERFI PARANÁ, autorizando a sua execução;
- IV - fiscalizar o cumprimento das normas de que trata o SIGERFI PARANÁ, inclusive quanto aos valores autorizados no fluxo financeiro;
- V - observar as normas de contabilidade no gerenciamento dos recursos, mantendo os registros contábeis individualizados dos valores correspondentes a cada órgão e entidade integrante do sistema, bem como dos respectivos rendimentos, com absoluta transparência e fidelidade;
- VI - fornecer imediatamente as informações contábeis sempre que solicitadas pelos órgãos e entidades integrantes do SIGERFI PARANÁ;
- VII - definir o cronograma de implantação dos órgãos e entidades no SIGERFI PARANÁ.

Art. 4º Compete aos órgãos e entidades integrantes do SIGERFI PARANÁ manter controle contábil das transferências efetuadas para a conta centralizadora e informar, com antecedência mínima de 48 horas, a relação discriminada por item,

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br

N



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

dos pagamentos, informando disponibilidade orçamentária, credor e respectivo valor.

Art. 5º Os recursos alocados à disposição do SIGERFI PARANÁ poderão ser remunerados, conforme contrato ou convênio a ser estabelecido entre a SEFA e os órgãos e entidades integrantes do sistema.

Art. 6º O Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público Estadual e o Tribunal de Contas do Estado poderão aderir ao SIGERFI PARANÁ mediante ajuste a ser celebrado com o Poder Executivo.

Art. 7º Ato do Chefe do Poder Executivo regulamentará o funcionamento do SIGERFI PARANÁ.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 15 de maio de 2013.

FLÁVIO ARNS
Governador do Estado,
em exercício

I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.
Em 15/05/2013

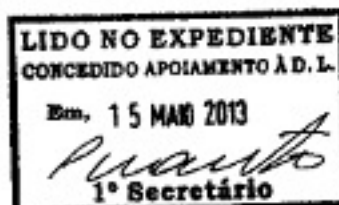
Presidente



MENSAGEM

Nº 042 /2013

Curitiba, 15 de maio de 2013.



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva instituir o Sistema de Gestão Integrada dos Recursos Financeiros do Estado do Paraná – SIGERFI PARANÁ.

Justifica-se a presente medida ao considerar ser intento do Governo o desenvolvimento imediato de uma mais efetiva gestão financeira e contábil dos recursos do Estado, de modo a imprimir maior eficiência no uso deles através da redução da ociosidade e dos custos financeiros.

Ademais, vale considerar a conveniência de compatibilizar os segmentos de controle orçamentário, financeiro e contábil do Estado.

Por fim, é imperioso dotar órgãos e entidades da Administração Pública Estadual de instrumentos hábeis para o desenvolvimento de uma correta gestão dos recursos públicos postos à sua disposição, garantindo-lhes aplicação regular, parcimoniosa e documentada.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

DEPUTADO VALDIR ROSSONI
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

FLÁVIO ARNS
Governador do Estado,
em exercício



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Liderança do Governo

REQUERIMIENTO

I - RECEBIDO
II - PROTOCOLE-SE
III - DECORRIDO PRAZO REGIMENTAL DE 24H, INCLUIR NA Sessão
PLENÁRIA PARA DELIBERAÇÃO
IV - A DAP PARA PROVIDÊNCIAS
SALA DAS SÉSSÕES DATA: 20 MAR 2017

20 MAIO 2013

PRESIDENTE

Requer a Transformação das Sessões Plenárias de 21 de maio, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 182/2013 (Mensagem 041/13) e 190/2013 (Mensagem 042/13), com diminuição de interstício.

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **requerem**, com fundamento no art. 107 e no art. 174, § 2º do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, a transformação das Sessões Plenárias, Ordinária e Extraordinárias, de 21 de maio, próxima terça-feira, em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação dos Projetos de Lei 182/13 (Mensagem Governamental 041/13) e 190/13 (Mensagem 042/13), com diminuição de interstício entre as votações.

Sala das Sessões em, 20 de maio de 2013

Deputado Ademir Traiano

Lider do Governo

862578/852813 884444 84-1651MULE 11519.07110 10 000000

~~GILBERT
RIBEIRO~~



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO


REQUERIMENTO



Requer "*Regime de Urgência*" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 190/13, de autoria do Poder Executivo.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação e votação do Projeto de Lei ~~189~~ 190/13, oriundo da Mensagem Governamental nº 042/13.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 2013.


Deputado **Ademar Traiano**
Líder do Governo

130
 7 anos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PROJETO DE LEI Nº 190/2013

Projeto de Lei nº. 190/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 42/2013

Súmula: Institui o Sistema de Gestão Integrada dos Recursos Financeiros do Estado do Paraná – SIGERFI PARANÁ.

EMENTA: INSTITUI O SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS FINANCEIROS DO ESTADO DO PARANÁ S/A. POSSIBILIDADE E LEGITIMIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 65 e 66 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONAL E LEGAL. PARECER FAVORAVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa instituir o Sistema de Gestão Integrada dos Recursos Financeiros do Estado do Paraná – SIGERFI PARANÁ, destinado a centralizar em conta bancária do "Governo do Estado" as disponibilidades financeiras dos órgãos da Administração Direta e das entidades da Administração Indireta do Estado.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

VISTA EM 20/05/2013

Art. 33 – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

Dup Elton Welter

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter

CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Neste mesmo sentido, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ora, insta salientar que o assunto em questão cria Sistema atribuindo competência à Secretaria da Fazenda. A Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

No que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar nº 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

Por fim, não há nenhum óbice quanto a Lei Complementar Federal nº 101/2000, eis que o presente projeto não irá acarretar em acréscimo de despesa.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

RELATOR

**VOTO
CONTRARIO
AO PARECER**

Dep. Elton
Uelster

Dep. Dericles

APROVADO

21.05.13.